

Nº IBAMA 02001.044040/2023-83

FR.2024.1962

Belo Horizonte/MG, 29 de julho 2024.

Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)

A/C: ILMO. SR. PRESIDENTE RODRIGO AGOSTINHO

COM CÓPIA PARA A CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E DE POVOS TRADICIONAIS (CT-IPCT)

A/C: Ilmo. Sr. Coordenador Jarbas Vieira

- Protocolo via Sistema Eletrônico -

REF.: *Manifestação ao Item 11.2 da Pauta da 78ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT) – Nota Técnica no 56/2024/CT-IPCT/CIF*

FUNDAÇÃO RENOVA ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, **manifestar-se acerca do item 11.2 da Pauta da 78ª Reunião Ordinária deste I. Comitê**, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º¹, do TAC Governança, e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF")², nos termos que se seguem.

1. O referido item de pauta se refere à recomendação de aprovação da **Nota Técnica nº 56/2024/CT-IPCT/CIF** ("Nota Técnica nº 56"), elaborada pela

¹ **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – As reuniões do CIF serão precedidas pela publicação de pauta, contendo discriminação de matérias e documentos que serão apreciados.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados.

² Art. 10, §5º - Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados

Câmara Técnica Indígena e de Povos Tradicionais (“CT-IPCT”), para que o CIF aprove as seguintes recomendações:

- (i) Seja realizado a criação de Assessorias Técnicas Independentes específicas para os Povos Indígenas e as Comunidades Quilombolas e Tradicionais, em conformidade com a Convenção 169 da OIT e que atenda aos requisitos trazidos pelos IPCT’s;*
- (ii) Sejam garantidas na formação do quadro de profissionais das assessorias técnicas locais, a contratação de membros das comunidades atingidas com a qualificação adequada ao cargo e respeitando o saber tradicional, atendendo o princípio norteador do TTAC quanto a preferência pela contratação e utilização de mão de obra local; e*
- (iii) Seja realizada a contratação por parte da Fundação Renova de consultorias especializadas, indicadas pelas comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, até a efetiva contratação das ATI’s locais*

2. Diante dessas proposições da CT-IPCT, vem a FUNDAÇÃO tecer alguns esclarecimentos acerca do Item 11.2 da Pauta da 78ª Reunião Ordinária do CIF, os quais entende que sejam importantes para a compreensão do contexto do assunto e para apoiar esse I. Comitê na tomada de decisão

I – CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE OUTROS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS

3. Nos termos da **Cláusula 51 e 52 do TTAC**, “compreende-se por Povos e Comunidades Tradicionais os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuam formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” e “entendem-se como Territórios Tradicionais os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos Povos e Comunidades Tradicionais, utilizados de forma permanente, mesmo que com uso efetivo sazonal”.

4. Assim, o **Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais** (“PG-04”) foi planejado e vem sendo executado com base nos acima expostos conceitos, bem como com fundamento na legislação aplicável – ou seja, no art. 68 do ADCT; na Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988; no Decreto nº 4.887, de 2º de novembro de 2003; no

DS
PO

Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, bem como a Convenção nº 169 da OIT, a Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).

5. O principal objetivo do PG-04 é **reparar** impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais **identificados em decorrência do rompimento da barragem de Fundão ("Rompimento")**, assim como promover o desenvolvimento integrado das comunidades tradicionais direta ou indiretamente **impactadas pelo Rompimento**. Como objetivos específicos, tem-se: **(i)** identificar e engajar as comunidades e famílias tradicionais direta e indiretamente impactadas; **(ii)** criar os Canais de Diálogo com as comunidades tradicionais impactadas; **(iii)** realizar Estudos de Impacto Participativos e elaboração de um Plano Básico Ambiental; **(iv)** acompanhar e monitorar as comunidades e famílias tradicionais impactadas no âmbito específico do programa e **(v)** fortalecer social e culturalmente estes povos por meio de ações estruturantes e intersetoriais.

6. Já o ***Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas*** ("PG-03"), nos termos da **Cláusula 39, Caput e Parágrafo Único** do TTAC, prevê que *"a FUNDAÇÃO realize atendimento especializado aos povos indígenas do território Indígenas dos Krenak, Comboios, Tupiniquim e Guarani e Caieiras Velhas II. Referido atendimento especializado respeita as formas próprias de organização social, costumes, usos e tradições dos povos indígenas, sob a supervisão da FUNAI³".*

7. Em síntese, o programa traz práticas de mitigação e reparação de impactos de maneira a respeitar e garantir diversos direitos civis e políticos destes povos, respeitando suas especificidades. Nesse sentido, é permanente o diálogo e a realização de consultas livres, prévias e informadas, garantindo que o direito indígena seja respeitado conforme convenção específica. As medidas abrangem o suporte financeiro, abastecimento hídrico, compra de bens para subsistência e de cuidado com o gado.

DS
PO

³ A FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro e vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

8. Feitas tais considerações, a FUNDAÇÃO passará a expor a forma como o PG-03 e o PG-04 vem atuando até o momento e qual é o seu real papel acerca do tema, e as razões pelas quais as propostas feitas pela CT-IPCT por meio da Nota Técnica nº 56 devem ser reprovadas por parte desse I. Comitê.

II – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NOTA TÉCNICA Nº 56

9. Como exposto inicialmente, a CT-IPCT, por meio da Nota Técnica nº 56, pretende, de forma resumida, a contratação de Assessorias Técnicas Independentes (“ATIs”) específicas para os Povos Indígenas e as Comunidades Quilombolas e Tradicionais, bem como sejam garantidas, na formação do quadro de profissionais das ATIs, membros das comunidades atingidas, com a qualificação adequada ao cargo e respeitando o saber tradicional.

10. Inicialmente destaca-se que a Nota Técnica nº 56 não individualiza quais comunidades indígenas, quilombolas ou povos tradicionais deverão receber o assessoramento técnico. É imperioso considerar que, para atuação de uma assessoria técnica, nos termos do estabelecido pelo TAC-GOV, faz-se necessário que a localidade atingida esteja na área de abrangência prevista no TTAC⁴.

11. Passo seguinte, conforme preveem **(i)** a Cláusula 1 do Termo de Ajustamento Preliminar (“TAP”); **(ii)** as Cláusulas 3 e 7 do Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar (“ATAP”); **(iii)** o Item 11 do preâmbulo, a Cláusula 8ª, §§3º a 5º, e Cláusula 55ª, §4º, do TAC-Governança; e **(iv)** a decisão proferida nos autos do Processo nº 1003050-97.2020.4.01.3800 (ID 14312098765), em trâmite perante o Juízo da 4ª Vara Federal Cível e Agrária de Belo Horizonte/MG, **compete ao Ministério Público Federal (“MPF”), com o apoio do seu expert, realizar o processo de credenciamento, escolha, contratação e acompanhamento metodológico das ATIs,** eleitas pelas comunidades atingidas, para exercício das atividades previstas nos instrumentos de governança.

12. , O Fundo Brasil de Direitos Humanos (“Fundo Brasil”) atuou como expert do MPF, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (“MPMG”) e do

⁴ **Cláusula 01:** O presente ACORDO será delimitado e interpretado a partir das seguintes definições técnicas.
VI. ÁREA DE ABRANGÊNCIA SOCIOECÔNÔMICA: localidades e comunidades adjacentes à Calha do Rio Doce, Rio do Carmo, Rio Gualaxo do Norte e Córrego Santarém e a áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas.
(...) **VIII. MUNICÍPIOS E LOCALIDADES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA SOCIOECÔNÔMICA:** Baixo Guandu, Colatina, Barra do Riacho em Aracruz, Marilândia e Linhares, além das áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas

Ministério Público do Espírito Santo ("MPES"), conforme previsto no ATAP e no TAC-Governança, para realizar as contratações e coordenação das ATIs para o atendimento às pessoas atingidas. Foram mapeados os territórios atingidos e levantadas as demandas coletivas da população, resultando em um agrupamento de 42 municípios em 18 territórios, considerando fatores como proximidade geográfica e identidade dos danos sofridos, para recebimento das ações de assessoramento técnico e integração ao sistema de governança participativa da FUNDAÇÃO.

13. Especificamente sobre as comunidades indígenas, por exemplo, o Fundo Brasil realizou ações entre junho de 2019 e junho de 2023 visando a contratação de ATIs para os territórios 12 e 18, respectivamente, Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II, em Aracruz/ES, e Terra Indígena Krenak, em Resplendor/MG. Inclusive, foi elaborado relatório público acerca das ações desenvolvidas, o qual pode ser acessado por meio do endereço eletrônico: <https://www.fundobrasil.org.br/apoio-a-sociedade-civil/programa-rio-doce/transparencia/> (acesso em 29.07.2024).

14. Com relação ao requerimento feito pela CT-IPCT para que a FUNDAÇÃO faça uso exclusivamente de mão-de-obra local, é preciso destacar que dada a independência de atuação das ATIs, a FUNDAÇÃO não possui qualquer ingerência quanto à formação do quadro de colaboradores das entidades.

15. Por fim, necessário esclarecer também sobre a total falta de previsão legal, do TTAC, TAC-GOV, TAP e ATAP, acerca da sugestão feita pela Nota Técnica nº 56 para que "*para povos indígenas e comunidades tradicionais, seja contratada consultoria especializada para atuação imediata até que sejam contratadas as assessorias técnicas*". Segundo a nota técnica em comento, as consultorias seriam essenciais para fornecer acompanhamento técnico aos povos indígenas, quilombolas e tradicionais, garantindo a estes povos o suporte necessário para a elaboração de seus estudos e a garantia de seus direitos.

16. Todavia, em verdade, ao fazer esse requerimento, a CT-IPCT extrapola o limite de suas atribuições e cria novas obrigações à FUNDAÇÃO sem qualquer embasamento legal ou instrumentos firmados. Não existe, no TTAC, TAC-GOV, TAP e ATAP, qualquer previsão que imponha à FUNDAÇÃO a obrigação de

DS
PO

contratação de consultorias especializadas para o fim ali indicado, demonstrando que tal determinação é manifestamente ilegal.

17. E, mesmo se houvesse a obrigação de contratação de tais consultoria, o processo de contratação executados pela FUNDAÇÃO devem observar seus critérios internos já estabelecidos, sob pena de violação à sua autonomia administrativa. Essa imposição à FUNDAÇÃO extrapola frontalmente as competências da CT-IPCT, o quanto previsto no TTAC e TAC-GOV, compromete a lisura dos processos de contratação da FUNDAÇÃO e, ainda, abre margem para que sejam impostas consultorias sem que tenham a expertise técnica e idoneidade necessárias para essa atuação.

18. Dito isso, destaca-se que, embora não exista ingerência da FUNDAÇÃO quanto ao processo de escolha e contratação das ATIs, a FUNDAÇÃO permanece à disposição para o diálogo colaborativo nas ações de implementação do TAC-Governança.

19. Também é importante enfatizar que as Assessorias Técnicas deverão contar com credibilidade, experiência comprovada e independência técnica para atuação para atuação nos territórios atingidos. Todavia, a Nota Técnica nº 56 como posta não pode subsistir, na medida em que vai totalmente em desencontro ao TTAC, TAC-GOV, TAP, ATAP e à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 1003050-97.2020.4.01.3800 (ID 14312098765), em trâmite perante o Juízo da 4ª Vara Federal Cível e Agrária de Belo Horizonte/MG.

III – CONCLUSÃO

20. Tendo em vista o exposto, a FUNDAÇÃO requer seja reprovada a Nota Técnica nº 56, indicada no Item 11.2 da pauta pelos membros do CIF, tendo em vista **(i)** que compete ao MPF, com o apoio do seu *expert*, realizar o processo de credenciamento, escolha, contratação e acompanhamento metodológico das ATIs; **(ii)** a independência de atuação das ATIs, de modo que a FUNDAÇÃO não possui qualquer ingerência quanto à formação do quadro de colaboradores das entidades, não podendo a ela ser imputada a obrigação de realizar a contratação de mão-de-obra exclusivamente local; e **(iii)** que não há qualquer embasamento legal ou nos instrumentos firmados para que a FUNDAÇÃO contrate, para povos indígenas e

DS
PO

comunidades tradicionais, consultoria especializada para atuação imediata até que sejam contratadas as ATIs especializadas.

21. Nesse sentido, requer não seja emitida deliberação por parte desse I. Comitê, na medida em que qualquer decisão em contrário violará o TTAC, TAC-GOV, TAP, ATAP e a decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 1003050-97.2020.4.01.3800 (ID 14312098765), em trâmite perante o Juízo da 4ª Vara Federal Cível e Agrária de Belo Horizonte/MG.

DocuSigned by:

0C5731B741C6747C
FUNDAÇÃO RENOVA
PRISCILA OHIRA